

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1094/2024-PGJ, DE 13.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Coordenadora do Núcleo da Cidadania, e o Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados, Suas Famílias, Crianças e Adolescentes do município de Campo Grande; e revogar a Portaria nº 4401/2022-PGJ, de 2.9.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 944/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito 12 (doze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 12.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001880-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 887/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 14 (quatorze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 26.2 a 10.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001878-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 947/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 8.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001896-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 889/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 23.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001876-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 880/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 11 (onze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 19 (dezenove) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 11.3 a 9.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001773-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 903/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 15 (quinze) dias de folga compensatória, sendo 1 (um) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 14 (quatorze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 8.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001894-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 913/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001885-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1091/2024-PGJ, DE 13.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC-1 em 25 e 26.3.2024, em razão de afastamento do servidor Fabiano Alves Davy.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1092/2024-PGJ, DE 13.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de TI, de 19 a 21.3.2024, em razão de afastamento do titular, Gustavo Rocha Lobato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1098/2024-PGJ, DE 13.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Daniele Aparecida Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca de 21.2 a 16.8.2024, em razão de afastamento da servidora Juliana Bellé Toniazzi Manfio, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1099/2024-PGJ, DE 13.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Isabela Castro Almeida, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 29ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento do servidor Giovani Augusto Filgueiras Ferra, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1101/2024-PGJ, DE 13.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marcus Vinícius Pereira Alegre, Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual de 29.2 a 4.3.2024 e em 8.3.2024, em razão de afastamento da titular, Elisangela Cristina Nery.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1081/2024-PGJ, DE 11.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato por meio da Portaria nº 4598/2023-PGJ, de 25.8.2023, com redação dada pela Portaria nº 223/2024-PGJ, de 18.1.2024, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.3.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1082/2024-PGJ, DE 11.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato por meio da Portaria nº 224/2024-PGJ, de 18.1.2024, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.7.2024”, passe a constar: “de 11 a 20.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-314/2024/PGJ, DE 14.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-410/2023-PGJ, de 19.4.2023, que concedeu férias ao servidor Megaron Molossi, de forma que, onde consta: "de 1 a 10.4.2024", passe a constar: "de 17 a 26.6.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONCURSO**EDITAL Nº 5/2024 – MPMS****COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE PERÍCIA MÉDICA**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DO QUADRO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais concedidas pela Portaria nº 605/2023-PGJ, de 9.2.2023, publicada no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.836, de 10.2.2023, página 16 e em atenção ao subitem 6.11 do Edital de Abertura nº 1/2022/COC-S/MPMS, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.803, de 12.12.2022, **TORNA PÚBLICA a COMISSÃO DE PERÍCIA MÉDICA**, formada pelos seguintes integrantes: **Wellington Gradelha Marthos**, servidor efetivo, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público, **Augusto Aparecido Ribeiro Colato**, servidor efetivo, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério Público, **Desirée Oliveira da Silveira da Cunha**, servidora efetiva, Analista/Assistente Social do Ministério Público e **Alexandre de Abreu Lima**, médico especialista em medicina do trabalho.

Campo Grande, 13 de março de 2024.

HENRIQUE FRANCO CÂNDIA

Presidente da Comissão de Concurso

EDITAL Nº 6/2024 – MPMS**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DO QUADRO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais concedidas pela Portaria nº 605/2023-PGJ, de 9.2.2023, publicada no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.836, de 10.2.2023, página 16 e em atenção ao subitem 7.2.2 do Edital de Abertura nº 1/2022/COC-S/MPMS, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.803, de 12.12.2022, **TORNA PÚBLICA a COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS**, formada pelos seguintes integrantes:

**ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA**

Graduada e Mestra em Ciências Sociais pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM) com bolsa da CAPES. Professora concursada de Sociologia da rede pública do Paraná. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro (NEIAB/UEM). Integra a Rede de Ciberativistas Negras; administra o projeto Preta e Acadêmica; Conselheira Municipal para Promoção da Igualdade Racial de Sarandi; pesquisadora na área de Políticas Públicas para Educação, em Questões Raciais e de Gênero. Certificadora cadastrada do ENEM e integrante da Rede Nacional de Certificadores (RNC) desde 2017.

ERONILDO JOSÉ DA SILVA

Graduado em História (1996), Ciências Sociais (2008) e Tecnólogo em Gestão Pública (2019) pela Universidade Estadual de Maringá, Serviço Social (2014) pela Faculdade Metropolitana de Maringá. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2002). Doutor no Curso de Ciências Sociais pela PUC-SP (2014).

SALETE GIL DE AZEVEDO ALVES

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2004). Especialização em Psicopedagogia Institucional, Especialização em Educação de Jovens e Adultos, Especialização em Letramento infantil. Professora no período de 2010 a 2022, em colégios da rede estadual, na disciplina de Sociologia. Experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia; responsável pelo Coletivo de Igualdade Racial do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná, núcleo de Maringá de 2015 a 2022. Integrou o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros - NEIAB na Universidade Estadual de Maringá – UEM, no período de 2013 a 2019. Integrou Banca de heteroidentificação do Estado do Paraná, no Núcleo Regional de Maringá, em 2017.

Campo Grande, 13 de março de 2024.

HENRIQUE FRANCO CÂNDIA

Presidente da Comissão de Concurso

EDITAL Nº 7/2024 – MPMS**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DO QUADRO DE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais concedidas pela Portaria nº 605/2023-PGJ, de 9.2.2023, publicada no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.836, de 10.2.2023, página 16 e em atenção ao subitem 8.2 do Edital de Abertura nº 1/2022/COC-S/MPMS, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 2.803, de 12.12.2022, **TORNA PÚBLICA a COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA**, formada pelos seguintes integrantes:

ANA LÚCIA MATHIAS FERNANDES COELHO

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2022). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Paraná - UFPR (2011). Especialista em Ciências Matemática pelo Centro Universitário Campos de Andrade - Uniandrade (2000). Especialização em Magistério da Educação Básica - Educação Especial pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - IBPEX (1999). Especialização em Magistério de 1º e 2º Graus pelo Campus Universitário Bezerra de Menezes (1997). Graduação em Ciências pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1987) e



Aperfeiçoamento em Educação Africanidades Brasil - Curso à Distância pela Universidade de Brasília, UnB (2006). Atualmente ocupa o cargo de Professora de Ciências e Matemática na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e na Rede Estadual de Ensino do Paraná. Integrante do Fórum Regional de Educação - ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UFPR. Integrante e pesquisadora do OCUPP - Observatório de Culturas e Processos Políticos Pedagógicas/UFPR. Integrante do Erê Yá - Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações étnico-raciais da UFPR; Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e da ANPED - GT21 - Educação e Relações Étnico-raciais. Integrante da Associação Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica AIIIP e Pesquisadora do NEAB/ UFPR.

FLÁVIA GISELE NASCIMENTO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Linha de Pesquisa Linguagem, Corpo e Estética na Educação (LiCorEs) da Universidade Federal do Paraná (2021-2024). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino da Universidade Federal do Paraná (2016). Especialista em Ensino de Artes com concentração em Teatro pela Faculdade Padre João Bagozzi (2010). Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004). Bolsista de doutorado da FUNPAR (2023-2024). Professora colaboradora do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Estadual do Paraná- campus Curitiba II - Faculdade de Artes do Paraná, no período de 2018 a 2022. Integrante do Laboratório de estudos em educação, linguagem e teatralidades (Labelit/UFPR/CNPq). Experiência na área de Artes Visuais com ênfase em seu ensino. Pesquisas realizadas nos seguintes temas: ensino de Arte na Educação Básica; formação de professores(as) em Artes Visuais; artes, histórias e culturas dos povos indígenas.

RENAN FAGUNDES DE SOUZA

Licenciado em Letras, com habilitação em Português e Espanhol, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), desde 2013. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG em 2017. Cursa doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculado à linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social na Educação. Diretor de Desenvolvimento e Formação da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná (APEEPR), no período de 2018 a 2020. Integrante do grupo de pesquisa e extensão Erê Yá na UFPR e do Núcleo de Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade (NUREGS/UEPG). Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) - Grupo de Trabalho 21: Educação e Relações Étnico-raciais, e da Associação Brasileira de Hispanistas (ABH).

Campo Grande, 13 de março de 2024.

HENRIQUE FRANCO CÂNDIA
Presidente da Comissão de Concurso



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 051/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00001728-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JOCEMAR JOSE FERREIRA BRASIL**, representada por **Jocemar Jose Ferreira Brasil**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000767, de 28.02.2024.

Vigência: 12.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 12 de março de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0001/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00085945-4 em que constam como investigado Gustavo Ferreira Mallada e vítima “A Apurar”, conforme se transcreve: “não há indícios suficientes de autoria e materialidade no caso em análise, o que prejudica, por consequência, a própria justa causa que fundamenta eventual oferecimento da inicial acusatória.”.

Campo Grande/MS, 13 de março de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO

Promotor de Justiça



EDITAL Nº 0001/2024

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2024, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande, 13 de março de 2024.

FÁBIO IANNI GOLDFINGER
Promotor de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2024

PROVENIÊNCIA – 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		PROCEDÊNCIA – Secretaria-Geral do Ministério Público	
Órgão / Setor: 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		Órgão / Setor – Secretaria-Geral do Ministério Público	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe 200 Ofícios Remetidos à Secretaria de Receita e Controle 10.08.2000 a 31/08/2001. Classe 200 MODELOS DIVERSOS – Cópias (denúncia, Ação Popular, Ata de Reunião, pareceres)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2024	2000	2002
Campo Grande, 13 de março de 2024 Responsável pelo preenchimento Letícia Sousa Gonçalves Técnica I			

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900025-79.2024.8.12.0052 ao investigado Rafael Ravaglia Amorim da Gama², conforme se transcreve: “Portanto, no presente caso, tem-se a inexistência de justa causa para a deflagração de eventual ação penal, face a ausência do elemento subjetivo do tipo penal (estelionato). Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Anastácio, 12 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



CHAPADÃO DO SUL

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001412-5

Objeto: Apurar eventual irregularidade decorrente da ausência de estruturação física, de materiais e equipe técnica adequada no Serviço de Acolhimento Institucional Municipal de Paraíso das Águas/MS, em eventual inobservância às diretrizes previstas na legislação pertinente.

Ementa: Recomendação destinada à regularização do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Município de Paraíso das Águas/MS, notadamente para fins de cumprimento às diretrizes e disposições da Política Nacional de Assistência Social e com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS

RECOMENDAÇÃO Nº001/2024/2ªPJCS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, no exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas pelo art. 129, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988); art. 1, da Lei nº 8.625/1993, bem como pela Resolução nº 164/2017 do CNMP, observando-se os limites de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis das crianças e adolescentes, nos termos do art. 127 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no seu artigo 227, caput, e a Lei 8.069/90, artigo 4º, estabelecem que devem ser assegurados com absoluta prioridade os direitos fundamentais inerentes à infância e à adolescência, entre eles o direito à educação;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público “*zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis*”, conforme artigo 201, inciso VIII, do ECA;”

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público, conforme disposto no art. 227, caput, da Constituição Federal e art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei n. 8.069/90, assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar comunitária;

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei n. 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil (conforme inteligência dos arts. 87, inciso I; 88, inciso II; 90; 101; 112; 129 e 259, parágrafo único, todos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2006, importante marco nas Políticas Públicas no Brasil, fortalece o paradigma de proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Lei n. 8.742/1993 (LOAS), que criou o Sistema Único de Assistência Social, e a posterior implementação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, ainda, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consolidada pela Resolução n. 109, de 11.11.2009;



CONSIDERANDO que a municipalização do atendimento infanto-juvenil, previsto no art. 88, I da Lei n. 8.069/90, restou também contemplada na organização dos serviços de assistência social com a implantação, a partir das diretrizes traçadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo funcionamento está alicerçado na estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), equipamentos sociais responsáveis pela prestação, respectivamente, dos serviços de proteção básica e especial;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são qualificados como um serviço de proteção social especial de alta complexidade, cabendo sua coordenação e articulação ao CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), que deverá executar tal programa em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS, que estabelecem padrões objetivos e requisitos mínimos a serem observados na organização do serviço em apreço;

CONSIDERANDO que, em acréscimo a essa normatização, os acolhimentos institucional e familiar encontram minuciosa disciplina no documento intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 01, de 18 de junho de 2009, que traça as linhas gerais do funcionamento do aludido programa, especificando, entre outros aspectos, o espaço físico e os recursos materiais mínimos necessários para a sua regular implementação, bem como a composição da equipe técnica que o executará;

CONSIDERANDO a necessidade imposta aos gestores de reordenar os Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar e, ao mesmo tempo, romper com práticas incompatíveis com os marcos regulatórios vigentes;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da inscrição dos Serviços de Acolhimento Institucional no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, a fim de serem monitorados e fiscalizados por tais conselhos no exercício de sua função social;

CONSIDERANDO as Orientações Técnicas do CONANDA/CNAS, de 2009, que definem o Abrigo Institucional como o “*Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.*” E, ainda, preconizam que tal serviço “*deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade*”;

CONSIDERANDO que a composição da equipe que deve atuar nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB/RH³, sendo recomendado uma equipe mínima composta de:

a) 1 (um) coordenador, com formação em nível superior, para cada equipamento;

b) 1 auxiliar cuidador para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: (i) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; e (ii) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

CONSIDERANDO que, apesar da inauguração e implantação de Casa de Acolhimento Institucional em Paraíso das Águas/MS, em 29/9/2023, identificou-se irregularidades no seu funcionamento, como, por exemplo, ausência de portão na parte externa do imóvel, utilização da residência para finalidades outras, deficiências estruturais e de higiene, ausência de mobiliário adequado, ausência de cuidadores em tempo integral e ausência de coordenador(a);

³ Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf.



CONSIDERANDO que tais deficiências foram *in loco* constatadas por este Promotor de Justiça, consoante Relatório de Visita juntado aos autos, referente à data de 1º de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que, mesmo oficiado ao Prefeito Municipal de Paraíso das Águas a fim de que informasse as medidas adotadas para sanar as irregularidades, não houve qualquer resposta, de sorte a evidenciar a inércia do poder público;

CONSIDERANDO que a pouca articulação entre o serviço de acolhimento e demais serviços da Rede Socioassistencial para acompanhamento de cada caso, possui o condão de ensejar o prolongamento desnecessário da permanência da criança e do adolescente na instituição;

CONSIDERANDO que, em razão das irregularidades apontadas, as crianças e adolescentes acolhidos no Município de Paraíso das Águas estão com seus direitos potencialmente ameaçados ou violados;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe zelar pela efetiva implementação e operacionalização do SUAS no âmbito municipal, bem como pela observância dos direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, nos termos do disposto no art. 31 do referido diploma legal;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º, §4º, da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021, “O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública por ato de improbidade, a solução consensual do conflito, consignando nos autos, de forma motivada, sua tentativa, sua impossibilidade ou seu não cabimento”,

RECOMENDA ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Paraíso das Águas/MS, Sr. Anizio Andrade:

- a) Que promova a designação de um Coordenador para a Casa Lar de Paraíso das Águas, com formação em nível superior, conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB/RH;
- b) Que adote as providências necessárias para que haja, na Casa Lar de Paraíso das Águas, ao menos 1 (um) auxiliar cuidador por turno enquanto houver crianças ou adolescentes acolhidos, conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB/RH;
- c) Que adote as providências necessárias para a instalação de portão na parte externa do imóvel, a fim de impedir o acesso de terceiras pessoas e eventual saída desautorizada e desacompanhada das crianças e adolescentes eventualmente acolhidos;
- d) Que promova capacitação mínima para a equipe designada (coordenador e auxiliares cuidadores) da Casa Lar de Paraíso das Águas;
- e) Que adote as providências necessárias para que o mobiliário, vestuário e alimentação das crianças e adolescentes acolhidos sejam condizentes com a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento e inseridas em situação de risco e vulnerabilidade; e
- f) Que promova a devida inscrição do Serviços de Acolhimento Institucional no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994, do artigo 45, parágrafo único, da Resolução nº 15/2007/PGJ, do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93, bem como do artigo 4º da Resolução CNMP nº 164/2017, encaminhe-se a recomendação ao destinatário, requisitando-se que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe resposta por escrito informando quais medidas foram e serão adotadas para o acolhimento da presente recomendação, acompanhada de documentos comprobatórios.

Adverte-se ao destinatário, desde já, que o não atendimento desta recomendação ensejará medidas judiciais na



seara cível e administrativa aos responsáveis, nos termos supra fundamentados e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação para fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP-MS).

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Excelentíssima Juíza de Direito da 2ª Vara da comarca de Chapadão do Sul/MS, à Câmara Municipal, ao Conselho Tutelar e ao CREAS de Paraíso das Águas/MS, para fins de conhecimento.

Às providências.

Chapadão do Sul/MS, 12 de março de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 00011/2024/02PJ/KCA.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a investigada Aline Julia Souza Araújo da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0900063.26.2024.8.12.0009, em que consta como investigado Rafael Firmo Barros da Silva e como vítima Aline Julia Souza Araújo, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 14 de março de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0002/MPE/2ªPJCR/2024.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJ MP N°. 09.2024.00002759-0. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consulta.procedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo SAJ MP N° 09.2024.00002759-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olímpio Macedo de Jesus

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o requerido Olímpio Macedo de Jesus no Inquérito Civil SAJ MP N.º 06.2021.00000728-2.

Costa Rica/MS, 14 de março de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA
Promotor de Justiça



COXIM

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Pabianny Benevides Domingues a decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial nº 0000489-62.2021.8.12.0011, em que consta como investigado Henrique Félix Alves, conforme se transcreve: “Desse modo, não havendo demonstração da materialidade delitiva, o arquivamento do presente inquérito policial é medida que se impõe, sem prejuízo do disposto no art. 18, do Código de Processo Penal.”

Coxim/MS, 14 de março de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0005/2024/11PJ/DOS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 11ª Promotoria de Justiça de Dourados da Comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0007282-10.2022.8.12.0002 e SAJMP nº 08.2022.00148939-6, em que constam como investigados João Azambuja e Solange da Silva Azambuja e vítima a coletividade, conforme se transcreve: “Diante disso, o Ministério Público Estadual requer a Vossa Excelência seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva ESTATAL referente ao crime previsto no artigo 50 da Lei 9.605/98, declarando-se EXTINTA A PUNIBILIDADE de João Azambuja e Solange da Silva Azambuja, nos termos do artigo 109, inciso V do Código Penal.

Dourados, 14 de março de 2024.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0002/2024/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2024.00002537-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessado: Município de Glória de Dourados

Assunto: Registrar as atividades das inspeções semestrais na Entidade de Acolhimento Institucional – Lar do Menor, do município de Glória de Dourados/MS, a serem realizadas no exercício de 2024, conforme arts. 1º e 2º da Resolução CNMP nº 71/2011 e Ofício Circular nº 3/2023-CNMP.

Glória de Dourados/MS, 12 de março de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR
Promotor de Justiça



INOCÊNCIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000369-41.2021.8.12.0036, em que constam como investigado Cleison Campos da Silva e vítima(s) a Coletividade conforme se transcreve: “o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL se manifesta pela extinção da punibilidade de CLEISON CAMPOS DA SILVA, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva quanto ao delito de porte de drogas para consumo pessoal (artigo 28 da Lei 11.343/2006), com supedâneo nos artigos 107, inciso IV do Código Penal e artigo 30 da Lei 11.343/2006”.

Inocência, 13 de março de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000479-74.2020.8.12.0036, em que constam como investigados Davi Souza Batista e vítima(s) a Coletividade conforme se transcreve: “o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL se manifesta pelo reconhecimento da *PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PROPRIAMENTE DITA* em favor de DAVI SOUZA BATISTA quanto a estes autos, com a extinção da punibilidade na exegese do art. 107, IV, do Código Penal.”

Inocência, 13 de março de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal

IVINHEMA

EDITAL Nº 0003/2024/01PJ/IVH

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002747-9, mediante conversão da Notícia de Fato nº 01.2023.00008970-6, que está à disposição de quem possa interessar, podendo ser consultado através do site "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

Procedimento Administrativo Nº 09.2024.00002747-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Ivinhema/MS e Jchagas Alimentos LTDA.

Assunto: Acompanhar se a empresa JChagas Alimentos Ltda atenderá aos prazos previstos na Lei Municipal n. 2160, de 06 de março de 2024, e, caso não atenda, as providências do Município para promover a regular reversão do imóvel doado

Ivinhema/MS, 13 de março de 2024

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

**PONTA PORÃ**

EDITAL Nº 0002/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002467-1
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Município de Ponta Porã/MS;
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Alfredo Félix Pelusch- Abrigo "Seu Félix".

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0003/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002468-2
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul;
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Unidade Educacional de Internação - UNEI Mitaí.

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.
Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002462-7
Requerente: Ministério Público Estadual;
Requerido: Município de Antônio João/MS;
Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Antônio João/MS
Érika Franco Sanabria.

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0005/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002466-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Aral Moreira/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição Municipal de Acolhimento de Aral Moreira/MS - Casa Lar.

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0006/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002484-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Longa Permanência para Idosos- ILPI.

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0007/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001900-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar inspeção a ser realizada na Instituição de Acolhimento Municipal de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0008/2024/02PJ/PPR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002558-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã/MS;

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de Ponta Porã/MS, com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO".

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0009/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002569-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Aral Moreira/MS;

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de (nome da cidade), com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO";

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0010/2024/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002570-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Antônio João/MS;

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de Antônio João/MS, com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO";

Ponta Porã/MS, 13 de março de 2024

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

**PORTO MURTINHO****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO SUJEITAS A INQUÉRITO CIVIL
N. 09.2024.00002503-7.**

REQUERENTE: Ministério Público Eleitoral

INTERESSADOS: Candidatos às Eleições Municipais de 2024

OBJETO: Acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

PORTARIA N. 0001/2024/20 ZE/PTM,

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio da Promotora Eleitoral abaixo assinada, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE n. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n. 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n. 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n. 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);

2. Expeça-se ofício circular conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral e após encaminhe-se cópia para as autoridades dos Municípios integrantes desta Zona eleitoral, conforme sugerido, notadamente ao Prefeito Municipal, Vereadores, Procurador-Geral do Município, Secretários Municipais e Chefe do Controle Interno.

3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Porto Murtinho, 11 de março de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora Eleitoral



RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL N° 0002/2024/02PJ/RRP**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2024.00016606-9 em que constam como investigado Luan Matheus dos Santos Silva Reis e Núbia Nascimento Ribeiro, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente Inquérito Policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de Denúncia e instauração do devido processo legal”.

Ribas do Rio Pardo/MS, 04 de março de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N°0001/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004634-0.

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Corguinho.

Assunto: "Acompanhar a política pública de implementação da PNRS no município de Corguinho/MS, em especial a necessidade de melhorias apontadas no relatório do “Programa Resíduos Sólidos: disposição legal”.

Rio Negro, 17 de janeiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO
Promotor de Justiça

EDITAL N°0002/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004636-1

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Rio Negro.

Assunto: "Acompanhar a política pública de implementação da PNRS no município de Rio Negro/MS, em especial a necessidade de melhorias apontadas no relatório do “Programa Resíduos Sólidos: disposição legal”.

Rio Negro, 17 de janeiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº0003/2024/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004637-2

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Rochedo.

Assunto: "Acompanhar a política pública de implementação da PNRS no município de Rochedo/MS, em especial a necessidade de melhorias apontadas no relatório do "Programa Resíduos Sólidos: disposição legal".

Rio Negro, 17 de janeiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900194-15.2023.8.12.0048, em que constam como investigado Jucinei Correia de Lima, conforme se transcreve: "nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, com as cautelas do seu art. 18 e da Súmula 524 do STF".

Rio Negro, 21 de fevereiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº0006/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001167-2

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Investigados: Município de Rochedo e Gomes e Azevedo Ltda.

Objeto: Apurar a adequada execução do Contrato n. 21/2022, celebrado entre o Município de Rochedo e a sociedade empresarial Gomes e Azevedo Ltda.

Rio Negro, 16 de fevereiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2024/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001351-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rene Nogueira Avila

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 6,0019 hectares identificada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda 2 Irmãos 20, em Rio Negro/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012043/2023 e Laudo de Constatação n. 015426/2023 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL)”.

Rio Negro/MS, 24 de fevereiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

TERENOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000953-46.2019.8.12.0047, em que consta como investigado Khalil Issan Pereira Ltaif e sem vítima especificada, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o Ministério Público requer o arquivamento do presente feito, ante à ausência de justa causa para a ação penal, conforme dispõe o artigo 395, inciso III do Código de Processo Penal”.

Terenos-MS, 12 de março de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000682-66.2021.8.12.0047, em que consta como vítima Paulo Sérgio Ferreira dos Santos e investigado, cuja autoria não foi identificada e individualizada, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, haja vista a inexistência de qualquer conduta típica penal e por ter o evento ocorrido por culpa exclusiva da vítima.”

Terenos-MS, 12 de março de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0810349-87.2022.8.12.0021, em que constam como investigado Kahuan Ferreira Benites e vítima Yasmin Ribeiro Barbosa, conforme se transcreve: ante a falta de justa causa para oferecimento de denúncia pelo delito do art. 129, §13, do Código Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do incluso inquérito policial, ressalvado, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 13 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901552-96.2023.8.12.0021, em que constam como investigada Núbia Mara Rios e vítima José Estevão de Almeida, conforme se transcreve: ante a ausência de um suporte probatório mínimo acerca da prática do crime de furto, não havendo justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, o disposto no art. 18 do CPP.

Três Lagoas, 13 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901536-45.2023.8.12.0021, em que consta como vítima E.D.S, conforme se transcreve: como não se vislumbra possibilidades de se colher novas provas para solucionar o crime em comento, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, do art. 18 do CPP.

Três Lagoas, 13 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”